

Governo estuda fusão da ERSE, Anacom e Autoridade da Concorrência

A AT Kearney está já a analisar vários modelos europeus. As primeiras conclusões saem em Junho.

Ana Maria Gonçalves
ana.goncalves@economico.pt

A fusão de algumas das actuais entidades reguladoras, à semelhança do que já acontece em diversos países europeus, é um dos cenários que está a ser equacionado pelo Governo, segundo apurou o Diário Económico.

O Ministério da Economia escolheu recentemente a AT Kearney para estudar o funcionamento e o nível de independência de vários reguladores: Autoridade da Concorrência, Anacom, Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, Instituto de Construção e Imobiliário, Entidade Reguladora da Saúde, Instituto Nacional de Aviação Civil, Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, Instituto de Infra-estruturas Rodoviárias, e Instituto Português e dos Transportes Ma-

ritimos. O Instituto de Seguros de Portugal (ISP) é a única entidade da área financeira incluída nesta lista.

A reestruturação desta área é uma medida prevista no âmbito do acordo de financiamento externo de Portugal por parte da União Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional, mas tem tardado em ser implantada.

A análise da AT Kearney consiste na comparação com as melhores práticas registadas em vários países europeus. O primeiro esboço do estudo deverá estar concluído até ao final de Junho. O relatório final terá de estar finalizado até meados de Agosto de 2012, contendo já uma proposta para introduzir as melhores práticas internacionais identificadas, reforçando, caso seja necessário, a independência dos reguladores, em conformidade com a legislação comunitária.

Esta não é a primeira vez que se procura agregar reguladores. Inspirado no modelo inglês, que integrou os três reguladores financeiros na Financial Service Authority, o ex-secretário de Estado do Tesouro do Executivo de José Sócrates, Costa Pina, tinha em marcha um projecto para a criação de um modelo de supervisão dualista, conhecido como 'twin peaks', com dois super-reguladores. Um de regulação prudencial, que ficaria a cargo do Banco de Portugal, e outro com competências comportamentais a cargo de uma nova entidade que emanaria da actual CMVM. Neste modelo, o ISP deixaria de existir.

Reacções

As alterações que se aviznam estão já a causar mal-estar no sector, um incómodo potenciado pelo caso de Espanha, onde se encontra em curso uma mega fusão de reguladores, que está a ser contesta-



O Ministério da Economia, liderado por Álvaro Santos Pereira, encomendou o estudo à AT Kearney, que deverá estar finalizado em Agosto.



A ERSE, liderada por Vítor Santos, é um dos reguladores que está a ser analisado para um cenário de fusão.

da por vários quadrantes da sociedade.

"Pelos dados que me têm chegado, a ideia espanhola não parece estar a ser muito bem acolhida", refere Ricardo Oliveira, sócio da área de prática de direito europeu e de concorrência da sociedade de advogados PLMJ.

Esta é uma tendência que se vem acentuando nos últimos anos na Europa e que "está relacionada com economias de escala e com a liberalização de vários sectores de actividade económica e as privatizações", sublinha, por seu turno, Gonçalo Anastácio, professor e jurista da SRS Advogados. "Em alguns casos, deixa de ser necessário um regulador exclusivo. Existe aqui também uma lógica de poupança de custos", acrescenta o mesmo responsável. "A falta de massa crítica e o reduzido número de operadores em Portugal, bem como a lógica de conglomerado de certos sectores

ncia

regulados, levam a que faça algum sentido na racionalização dos serviços de regulação”, salienta Gonçalo Anastácio.

Há cinco anos, o Reino Unido, apontado como um dos modelos de regulação mais modernos, avançou a união das telecomunicações, correios e televisão.

A Alemanha é outros dos mercados onde esta fusão de reguladores também é já, há muito, uma realidade. Na Holanda, avançará, em 2013, a junção da autoridade de concorrência NMa com a Independent Post and Telecommunications Authority e a Consumer Authority.

Outro ponto crítico referenciados pela ‘troika’ é a nomeação dos reguladores. Na maior parte dos casos a escolha é do Governo, cabendo ao Parlamento funções de controlo. O Presidente da República não tem, ao contrário de outros países, qualquer papel activo nesta matéria. ■ **A.B.**